

SPG 02 – Abordagens transnacionais do pensamento político

As condições sociais de produção e circulação de uma obra – considerações para uma análise de *A Democracia como Valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho

Marcelo Fontenelle e Silva (UFSCar)¹

2019

¹ Graduado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos. Bolsista CAPES. Agradeço ao Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (NEPPLA) e, em especial, à sua coordenadora e orientadora desta pesquisa, profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga, a oportunidade de discutir previamente o presente trabalho.

Resumo:

Objetiva-se, com este trabalho, apresentar uma análise das condições sociais de produção e de circulação do texto intitulado *A democracia como Valor Universal (1979)*, de Carlos Nelson Coutinho. O potencial desta análise justifica-se por sua repercussão dentro e fora dos setores à esquerda e tanto no espaço político quanto no acadêmico. Partimos, primeiramente, da apresentação de considerações sobre a trajetória do “autor”, com destaque para a posição ocupada por ele e pelo grupo ao qual estivera vinculado durante o exílio na Europa; em seguida, apresenta-se o modo como o texto se posiciona contra e a favor de certos agentes e posições; por fim, expomos algumas (auto)críticas sobre as propostas defendidas no ensaio, com destaque para o fato de o próprio Coutinho sentir-se autorizado a definir quais seriam as mais importantes. Sustenta-se que a explicação sobre o relativo êxito da obra deve passar, pelo menos, por duas hipóteses: primeiramente, pelo aval de um grupo mais amplo, com a condição de mediador entre vertentes da dinâmica político-intelectual europeia e da brasileira; e, por outro lado, por sua capacidade de englobar interpretações relativamente distintas, favorecendo sua circulação.

Palavras-chave: Intelectuais comunistas; marxismo; eurocomunismo; Carlos Nelson Coutinho.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do texto de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal*, publicado pela primeira vez em março de 1979. Este texto pode ser interpretado, nas palavras de Pécaut (1990, p. 193) como um dos “‘manifestos’ democráticos que orientaram o processo de ‘abertura’”. A centralidade do mesmo nos debates políticos e intelectuais de fins da década de 1970 e década de 1980 tem sido destacada tanto por integrantes do meio acadêmico quanto do espaço político. Ramos (2013, p. 156) aponta-o como um “texto-síntese” das “influências teórico-políticas de Lukács, Gramsci e do eurocomunistas” no Brasil; Lucca-Silveira (2012) aponta a sua publicação como um “momento decisivo” em que, a despeito de não ser o início da discussão sobre a questão democrática entre os comunistas e marxistas brasileiros, marca um ponto de inflexão em que esta ganha centralidade; Napolitano (2014), por sua vez, registra o alto impacto deste texto, tanto na esquerda quanto em outros setores; Braz (2012, p. 251, grifos no original) qualifica-o como “responsável por abrir um *novo ciclo no debate da esquerda brasileira*”.

Pode-se destacar, também, que os registros dos próprios protagonistas destes embates apontam este texto como um eixo a partir do qual diversos intelectuais e

políticos se posicionavam, além de afirmá-lo como um marco na identificação de um conjunto de intelectuais vinculados ao partido comunista, muitos dos quais adquiriram certo relevo no campo (além do próprio Coutinho, pode-se citar, entre outros, Werneck Vianna e Leandro Konder). O mais importante, porém, é a centralidade que o texto ganhou no debate sobre a “questão democrática”, que animava a vida política e intelectual de então, tornando-o profícuo para uma análise dos acordos e desacordos que possibilitaram as disputas nestes dois espaços e do estado da relação entre os mesmos.

Com isto, o presente trabalho insere-se entre aqueles que buscam apreender os produtos do trabalho intelectual, seus produtores e estratégias de modo relacional, a partir de um “espaço de relações objetivas entre posições” (BOURDIEU, 1996, p. 60). Contesta-se, portanto, a divisão entre as análises centradas no “texto” ou no “contexto”, articulando estes dois âmbitos por meio das considerações teórico-metodológicas suscitadas pelo conceito de campo (BOURDIEU, 1996). E busca-se contribuir para a compreensão dos “fundamentos históricos das categorias de pensamento e das problemáticas desenvolvidas pelos agentes sociais (...) em seus atos de produção ou de recepção cultural” (BOURDIEU, 2002, p. XII), a partir de considerações tanto sobre as condições de produção de obras quanto da circulação – tal qual sugerido por Bourdieu (2002).

Com o presente trabalho, portanto, ao invés de focarmos nas questões teóricas e conceituais relativas ao citado ensaio de Carlos Nelson Coutinho², pretendemos investigar as condições sociais de produção e de circulação da mesma, formulando hipóteses para explicar seu *relativo* êxito em pautar o debate sobre a democracia no período.

O texto está dividido em três partes. A primeira tem como objetivo trazer considerações para pensarmos em que condições o texto foi produzido e divulgado, buscando elementos externos ao texto para pensarmos o que suscitou Coutinho a discutir a “questão democrática” e o fez sentir-se autorizado a pautá-la a partir da assunção de uma determinada posição.

A segunda parte centra-se mais propriamente no conteúdo do texto, buscando apreender como ele reivindica para si o acerto de determinadas posições e segmentos da esquerda e do marxismo e se posiciona contra outras. Ou seja, não busco aqui a realização de uma “história dos conceitos” mobilizados ou de uma análise dos fundamentos teóricos do texto, mas da apreensão do modo como ele se posiciona reivindicando estar ao lado de uns e contra outros.

² Esforços neste sentido foram feitos, por perspectivas distintas, por alguns pesquisadores (LUCCA-SILVEIRA, 2012; RAMOS, 2013; BRAZ, 2012; NEVES, 2016).

A terceira parte, por fim, tem como objetivo expor uma análise sobre as disputas relativas às interpretações possíveis, destacando o papel do próprio Coutinho em pautar o texto. Tal qual feito por Lygia Sigaud (2007) em relação ao *Ensaio sobre o Dom*, de Marcel Mauss, meu objetivo aqui está menos em discutir as múltiplas interpretações e apontar qual seria a correta, e mais em trazer à tona os mecanismos em torno das tentativas de imposição de uma determinada interpretação. Este tópico está subdividido em cinco partes. A primeira busca mostrar como o texto se constitui em um espaço de disputas envolvendo vários agentes. As três seguintes buscam analisar distintos “momentos” em que o texto foi (re)discutido, com suas novas ênfases e indexações. A última visa mostrar como estes distintos “momentos” estão articulados entre si e com a trajetória intelectual do autor do texto.

1. Apresentação e trajetória do “autor”³

Logo no início do texto, o autor da obra é apresentado como: “Ensaísta e tradutor. Autor de *Literatura e Humanismo* (1967), *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (1972) e, em colaboração, *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira* (1974)”. Reivindica-se, assim, a autoridade de já ter publicado obras anteriores e a condição de “tradutor” - Coutinho havia traduzido um livro de Antônio Gramsci e outro de György Lukács, ambos publicados pela editora Civilização Brasileira em 1968.

Mas não só o perfil do autor, conforme apresentado no início do texto, deve ser levado em conta. O conjunto de sua trajetória intelectual e política interfere nas condições que possibilitaram que o mesmo pudesse ser apresentado e reconhecido como tal. Destaca-se, assim, o contato precoce de Coutinho com a política e o exercício intelectual, por conta da sua formação familiar. O próprio declara como um “ato inaugural” da sua formação intelectual o encontro, quando ele tinha por volta de 13 ou 14 anos de idade, com o *Manifesto Comunista* na biblioteca de seu pai, que havia sido deputado pela União Democrática Nacional (COUTINHO, 2000, p. 373).

Coutinho nasceu em Salvador, na Bahia, em 1943. Iniciou o curso de direito, mas abandonou, formando-se em filosofia pela Universidade Federal da Bahia, em 1965. É na qualidade de estudante do curso de direito que ele se filia ao PCB, em 1961. Por volta deste período, Coutinho já mantinha um trânsito intenso com a cidade do Rio de Janeiro.

³ As aspas na palavra autor visam chamar atenção para o esforço do presente tópico de, tal qual feito por Luiz de Castro Faria em sua análise sobre Oliveira Vianna, “abandonar a premissa de um sujeito criador que elabore seu pensamento liberto de qualquer restrição imposta pela existência de mecanismos sociais e culturais” (FARIA, 2002, p. 7).

Lá ele conhece Leandro Konder, com quem estabelece um forte vínculo de amizade e uma série de parcerias intelectuais. Diz o próprio Coutinho: “a partir daí nós ficamos muito amigos e esta amizade foi seguramente outra coisa muito importante em minha formação intelectual” (COUTINHO, 2006, p. 167).

Em decorrência da repressão exercida pelo regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964, porém, Coutinho passa a morar no Rio de Janeiro, estreitando os laços com Leandro Konder e com outros intelectuais residentes no Rio de Janeiro, como Ferreira Gullar. Este vínculo com o Rio de Janeiro é importante para compreendermos certas especificidades de sua atuação intelectual.

Comparando a experiência dos cientistas sociais de São Paulo e do Rio de Janeiro, Arruda (1995) menciona que, no segundo, “a condição de centro administrativo não só era insuficiente para respaldar iniciativas autônomas, quanto, principalmente, impedia que elas se manifestassem à margem do Estado” (ARRUDA, 1995, p. 130). Conseqüentemente, a separação entre os discursos científico e político não teria vez naquele estado tão marcado pela experiência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e suas tentativas de construção de um projeto nacional, em que as polêmicas conjunturais ganhavam maior proeminência⁴.

Há, por certo, uma maior politização dos intelectuais cariocas. Nas palavras de Coutinho:

Acho que o pensamento social e a cultura estética do Rio eram na época completamente diferentes dos de São Paulo. Não tínhamos uma inserção acadêmica nessa época: Leandro Konder, Ferreira Gullar, José Guilherme Merquior, eu e muitos outros não éramos da universidade (...). O nosso modo era mais voltado para a ação política. Nós três, Gullar, Leandro e eu, éramos claramente intelectuais políticos. Tentávamos evidentemente não reduzir o trabalho intelectual apenas ao uso político imediato, mas havia uma clara intenção de influenciar, demarcar posição, de abrir debates. O marxismo paulista é bem diferente: tem um viés acadêmico muito forte, no bom e no mau sentido (COUTINHO, 2006, p. 170-171).

Foi na qualidade de comunista e intelectual carioca que Coutinho, mesmo antes de ir para o exílio, em 1975, já despontava como um dos responsáveis pela interpretação e difusão do pensamento de certos autores marxistas (com especial destaque para G. Lukács e A. Gramsci)⁵ - o que aconteceu tanto por meio de seus escritos, em que citava estes e outros autores, quanto pela tradução e organização de livros. Quanto a isto, ganha

4 Por uma outra perspectiva, Sorj (2001) também afirma a existência de certa oposição entre cientistas sociais de São Paulo, marcados pelo rigor científico exigido pela USP, e cientistas sociais do Rio de Janeiro, marcados pelo peso do ensaísmo e pela busca em falar em nome do “povo”, características presentes no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) - mas critica as análises que veem na USP o paradigma da autonomia frente a política e nos intelectuais cariocas o seu oposto. A comparação entre Rio de Janeiro e São Paulo é uma das tônicas de parte dos estudos englobados no projeto *História das Ciências Sociais no Brasil*, coordenado por Sérgio Miceli.

5 Ver à frente, quadro intitulado *Intervenções editoriais de Carlos Nelson Coutinho*.

destaque a editora *Civilização Brasileira*, vinculada ao também comunista Ênio Silveira. Por esta editora foram publicados⁶, em 1968, um volume de Gramsci intitulado *Literatura e vida nacional* e outro intitulado *Os intelectuais e a organização da cultura*; e, no mesmo ano, um volume de G. Lukács intitulado *Marxismo e teoria da literatura* e outro intitulado *Introdução a uma estética marxista*. Em tais publicações Coutinho traduziu os textos e/ou foi responsável pela seleção dos mesmos e por tecer comentários (orelhas e apresentação)⁷.

Mas a repressão exercida pelo regime militar não foi responsável apenas por contribuir com a sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro. Em 1974 e 1975, a repressão política intensifica seus esforços de perseguição ao PCB, assassinando vários dirigentes e levando outros ao exílio – o que ocasionou, na prática, a transferência do Comitê Central do partido para o exterior (PRESTES, 2012). É neste contexto que Coutinho parte, em 1975, para o exílio na Europa, estando principalmente na Itália e França. A escolha preferencial pela Itália, porém, é justificada pelo próprio Coutinho por conta do seu melhor domínio do idioma local, pela afinidade com o marxista italiano Antônio Gramsci e com o Partido Comunista Italiano (COUTINHO, 2006, p. 172).

O volume de capital político e cultural com o qual Coutinho chegou ao exílio – que contava com um meio familiar fortemente politizado e intelectualizado, certa “facilidade” com línguas estrangeiras, experiências com traduções de autores importantes no universo da esquerda e a publicação de artigos e livros – fez com que Coutinho ganhasse certa proeminência no exílio. Isto possibilitou que ele se dedicasse integralmente à atividade intelectual e política, chegando a atuar profissionalmente no PCB por um determinado período (COUTINHO, 2006, p 173). Como menciona Coutinho: “Fiz muita política no exterior. Lá, além de redator da *Voz Operária*, o jornal clandestino do Partido, tornei-me assessor da Comissão Executiva do PCB” (COUTINHO, 2006 p. 174).

Assim como ele, muitos intelectuais e militantes estavam exilados, sendo Paris um polo aglutinador que possibilitava, apesar da distância geográfica em relação ao Brasil, a manutenção de outras frentes de atuação política. A situação do exílio pôs em contato distintos grupos adeptos da luta armada, militantes do PCB e outros setores

6 Como o intuito deste tópico é subsidiar a compreensão das condições nas quais Coutinho produziu e publicou o referido ensaio, cito apenas as publicações que antecederam a primeira publicação do ensaio, em 1979.

7 Baseio-me aqui na listagem disponibilizada no *Anexo I* da tese de Neves (2016). Sobre o papel de Coutinho na recepção e difusão de autores como Gramsci e Lukács no Brasil poder-se-ia adicionar, ainda, uma análise dos seus artigos, prefácios e apresentações de outros livros publicados. Isto, porém, fugiria dos objetivos centrais do presente texto.

progressistas que faziam oposição à ditadura no Brasil (como ex-parlamentares cassados e alguns dominicanos) (HILDEBRANDO, 2012).

Ao que tudo indica, os militantes do PCB possuíam uma condição relativamente melhor que os demais para se inserir política e profissionalmente, pois dispunham de recursos materiais e simbólicos possibilitados pela inserção no movimento comunista internacional. Reuniam-se com certa frequência para a promoção de seminários, editavam revistas e jornais, além de iniciativas institucionais, como o *Comitê Brésil Amnistie*, de 1970 (HILDEBRANDO, 2012).

Formou-se, assim, um grupo de intelectuais comunistas fortemente identificados com o “eurocomunismo” e que tinham em Armênio Guedes a principal liderança. De especial importância, para este grupo, foi a revista *Études Bresiliennes*, que circulou entre 1974 e 1978⁸.

O grupo ao qual Coutinho estava vinculado era por vezes designado como “grupo de Paris”/“Assessoria parisiense” (MALIN, 2018, p. 316), “grupo nucleado por Armênio” (VAIA, 2013, p. 123), “grupo da democracia como caminho universal, para o socialismo” (VIANNA, 2013, p. 31), entre outros. A partir de tais denominações já podemos destacar: o vínculo ao trabalho realizado em Paris; a já citada liderança de Armênio Guedes; e a identificação com o chamado “eurocomunismo”, visto que a referência à “democracia como valor universal” é tanto uma referência ao ensaio de Coutinho quanto ao discurso feito pelo dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer, em Moscou, na comemoração ao aniversário de 60 anos da Revolução Russa⁹.

Mas elas também indicam a existência de uma disputa interna ao partido, envolvendo o grupo ligado a Luiz Carlos Prestes, situado em Moscou; o grupo ligado a Armênio Guedes, em Paris; e o grupo vinculado a Giocondo Dias, composto pela maioria do Comitê Central do Partido (PRESTES, 2012, p. 213). A distinção entre estes dois últimos, porém, só se torna mais clara a partir do fim do exílio, quando o grupo ligado a Guedes passa a ser identificado enquanto “corrente renovadora” (MALIN, 2018, p. 334). Antes disso, o “pântano” - o termo empregado por Anita Prestes para desqualificar o grupo ligado a Giocondo Dias - oscilava entre um polo e outro (PRESTES, 2012, p. 221-222).

8 Uma análise mais detalhada das condições sociais de gênese deste grupo, dos embates e posições ocupadas por seus integrantes é essencial para a compreensão das condições que possibilitaram a produção e circulação do ensaio referido, mas extrapolaria os limites do presente *paper*. Uma análise preliminar versando especificamente deste objetivo foi apresentada no VI Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, ocorrido em julho de 2019, em Belém do Pará, e deverá ser publicada, em breve, nos anais do evento.

9 Coutinho (1979, p. 34) cita literalmente a seguinte frase de Enrico Berlinguer: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.

Foi justamente na condição de integrante deste grupo que Coutinho escreve o ensaio aqui analisado – o que por si só já explicita, de antemão, a inadequação de quaisquer análises que tomem tal texto como produto de um trabalho individual ou que vise compreendê-lo unicamente a partir do destrinchamento de seu conteúdo.

Cabe destacar, também, o momento e o meio pelo qual o texto foi publicado: a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em seu nono volume, publicado em 1979. A revista *Encontros* teve 29 números, sendo o primeiro número lançado em junho de 1978 e o último em janeiro de 1982. Tal revista caracterizava-se pela guarida a intelectuais que faziam oposição ao regime ditatorial vigente no Brasil e foi arquitetada por Ênio Silveira, editor ligado aos setores da esquerda e que já havia protagonizado uma exitosa experiência editorial: a *Revista Civilização Brasileira*, lançada em 1965 como um instrumento de oposição ao regime instaurado com o golpe de 1964.

Seguindo a linha da antecessora, a *Encontros* dava guarida para numerosos e divergentes intelectuais que situavam-se na oposição ao regime militar e em um amplo leque de posições progressistas. Apesar das semelhanças, alguns analistas (e o próprio Ênio Silveira) compartilham a impressão que a *Encontros* teria tido um impacto/sucesso menor que a sua antecessora – tendo, nas palavras de Couto, uma “tépida recepção” (COUTO, 2012, p. 362).

Além da baixa repercussão da *Encontros*, é importante destacar o lugar de Ênio Silveira e a sua relação com Coutinho. Ênio Silveira mantinha um amplo leque de relações pessoais com diversos setores da intelectualidade e da esquerda, além de uma atuação de “editor atípico” (VIEIRA, 1996, p. 4), chegando a ser caracterizado por Nelson Werneck Sodré como “escritor transviado em editor” (SODRÉ, 1965, p. 157, *apud* VIEIRA, 1996, p. 4). Foi vinculado ao PCB desde a década de 1940, mas sua atuação política e intelectual – como o próprio por vezes faz questão de frisar - foi caracterizada por uma espécie de “heterodoxia” que o levou a publicar, enquanto editor, tanto autores “clássicos” do marxismo-comunismo quanto autores divergentes, como aqueles identificados com Trotsky (COUTO, 2012, em esp. p. 357). Desta forma, sua atuação no PCB foi permeada por conflitos internos ao partido. Além do mais, também é significativo que, por meio da editora *Civilização Brasileira*, Ênio Silveira tenha atuado, em parceria com Coutinho, na difusão de escritos do marxista italiano A. Gramsci (COUTO, 2012).

O ensaio foi publicado em 1979, ou seja, no ano seguinte ao retorno de Coutinho ao Brasil, que aconteceu em fins de 1978. O processo de redemocratização do Brasil entra em uma nova fase, com a revogado o Ato Institucional N°5 e a possibilidade de

criação de novos partidos. Mas, desde o início da “distensão”, em 1974, os intelectuais já despontavam como um importante ator político na oposição à ditadura militar¹⁰, constituindo-se no que Pécaut (1990) chamou de “partido intelectual”, dada a sua relativa coesão e unidade. O aumento da circulação de bens culturais foi fundamental para a constituição e manutenção dos intelectuais como um ator político importante neste processo. Colaborou com isto, entre outros aspectos, o crescimento das universidades, a visibilidade de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o aumento da produção de livros (PÉCAUT, 1990).

2. Com quem e contra quem?

O decorrer do processo de redemocratização, com a criação de novos partidos e instâncias de atuação intelectual, foi acompanhado pelo fim desta coesão e unidade do “partido intelectual”, com suas divergências manifestando-se, por exemplo, pela adesão a distintos partidos políticos (PÉCAUT, 1990). O ensaio de Carlos Nelson Coutinho, bem como as polêmicas em torno dele, são produtos e produtoras de tais divergências.

Dada a posição de Coutinho no interior das disputas partidárias, a disputa encampada não se restringia à oposição ao regime ditatorial, mas estava explicitamente direcionada ao combate a certas concepções da esquerda, em especial da esquerda marxista e comunista a qual ele era vinculado. Não à toa, portanto, o ensaio inicia situando a questão trabalhada dentro da “formação do pensamento marxista” (COUTINHO, 1979, p. 33). Reivindica a autoridade de diversas personalidades de dentro do escopo do marxismo/comunismo, além de conceitos próprios a esta tradição de pensamento.

Coutinho inicia registrando a percepção da generalização da “rejeição do ‘modelo soviético’” (COUTINHO, 1979, p. 34), que seria decorrente da nova forma de conceber a relação socialismo/democracia trazida pelo chamado “eurocomunismo” - aqui defendida por Coutinho. Enrico Berlinguer, em pronunciamento realizado em Moscou em 1977, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro, teria sintetizado essa nova concepção¹¹.

10 Lahuerta (2001) nos apresenta uma análise do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) - duas instituições que abrigaram intelectuais e se destacaram na oposição ao regime militar.

11 Coutinho cita a seguinte frase de Berlinguer: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.

É significativo, portanto, que ele justifique a defesa de sua posição como decorrente de uma leitura de autores marxistas – em especial das obras de Marx, Engels e Lênin –, enquanto seus oponentes incorreriam em uma “errada concepção da teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 1979, p. 34). Chama atenção as diversas reivindicações do “acerto” de Lênin. Diz Coutinho:

Se quisermos ser fiéis ao *método* de Lênin, temos de chegar à seguinte conclusão: é verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (...) tem sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas (...), mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade*. Lênin certamente conhecia a observação de Marx segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal (...) com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica (COUTINHO, 1979, p. 35-36, grifos no original).

E, mais à frente, enfatiza: “Não é preciso recorrer a Gramsci ou aos teóricos atuais do eurocomunismo para afirmar isso: Lênin foi um dos primeiros a reconhecer esse valor quando se opôs à transformação dos sindicatos em ‘correias de transmissão’ do Estado socialista” (COUTINHO, 1979, p. 36).

A defesa do “valor universal da democracia”, portanto, tinha um duplo foco: a esquerda que defendia acriticamente o “modelo soviético” e possuía uma visão meramente instrumental da democracia; e a ditadura militar brasileira, que havia suprimido as “conquistas democráticas” mais básicas, existentes no período anterior a 1964. Coutinho estava ciente que a defesa destas posições abria a possibilidade de seu texto ser interpretado como uma defesa da democracia liberal, o que o levou a explicitar enfaticamente o que entendia como sendo a diferença desta em relação à sua proposta.

Um elemento que Coutinho aponta como distinguindo “a concepção burguesa e a concepção marxista da democracia” é a questão da *hegemonia* (COUTINHO, 1979, p. 39), que seria um ponto central para não recair na errada pressuposição da teoria liberal de que existiria na sociedade capitalista uma igualdade não só formal, mas também real, dos distintos sujeitos¹². E, na prática, levaria à defesa da *hegemonia* das classes populares – indo, portanto, além dos limites da democracia liberal. Diz Coutinho que “A democracia política no socialismo pressupõe a criação (e/ou a mudança de função) de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica” (COUTINHO, 1979, p. 37). E, mais à frente, conclui: “a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação

¹² Em nota de rodapé, Coutinho cita Fernando Henrique Cardoso como um exemplo de defesa da democracia liberal. Segundo Coutinho, Cardoso entende que a busca do consenso/hegemonia seria algo próprio dos regimes autoritários, enquanto a democracia seria assimilada ao “pluralismo”. Ver Coutinho (1979, p. 47, nota 9).

dialética (Aufhebung): a primeira *elimina, conserva e eleva* a nível superior as conquistas da segunda” (COUTINHO, 1979, p. 40, grifos no original).

A conjuntura da redemocratização brasileira punha a “questão da democracia” na ordem do dia, devendo ser defendida “inclusive em seus limites puramente formal-liberais”, nas palavras do próprio Coutinho (1979, p. 41). Esta “renovação democrática” seria a alternativa para não recair na “via prussiana” que, segundo Coutinho, regeu as transformações no Brasil e atingiu sua forma mais acabada com o regime militar. Havendo esta tendência à “via prussiana” de resoluções “pelo alto”, a prioridade do “conjunto das forças populares” deveria ser: “a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que, num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal” (COUTINHO, 1979, p. 42).

Logo, para Coutinho, a defesa destas pautas deveria ser feita mediante um modo específico. No caso em pauta, mais importante do que aquilo que deveria ser defendido (na medida em que a defesa do socialismo e do fim da ditadura eram pautas relativamente consensuais entre aqueles que Coutinho se dirigia *prioritariamente*), era o modo como deveria ser defendido. O “golpismo” vem, assim, como um método que deveria ser veementemente combatido, inclusive dentro da esquerda¹³. Diz Coutinho (1979, p. 45) que “o ‘golpismo de esquerda’ (...) é apenas uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção ‘pelo alto’ de que sempre se valeram as forças conservadoras”. Paralelamente, dever-se-ia “conceber a unidade como valor estratégico”, o que leva a uma “busca permanente da máxima unidade possível” (COUTINHO, 1979, p. 45). Com isto, o leque de alianças das “forças populares” amplia-se, no primeiro momento, para todos os interessados no fim da ditadura e manutenção das instituições democráticas.

Coutinho conclama a união de todos os “oposicionistas”, mas menciona o programa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como um exemplo – entre outros possíveis, como ele próprio enfatiza - de definição da “necessidade imperiosa de acentuar (...) aquilo que une a todos os oposicionistas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que (...) ainda domina em nosso País” (COUTINHO, 1979, p. 34). E, ao

13 A crítica ao ‘golpismo de esquerda’, no interior do PCB, não é uma novidade dos anos 1970. Já em 1958 isto era debatido na chamada “primeira renovação pecebista” (SANTOS, 1994), por mais que seja possível afirmar que apenas em fins da década de 1970 foi conferida para a questão da democracia uma maior centralidade (LUCCA-SILVEIRA, 2012). É significativo, também, que nas avaliações realizadas pelos comunistas/pecebistas sobre os motivos que possibilitaram o golpe de 1964, a “culpa” tenha recaído ora a “desvios de esquerda” ou a “desvios de direita” do próprio partido. A visão que passou a ser adotada pelo partido foi justamente a primeira, que considerava que o partido havia se equivocado ao não priorizar a legalidade democrática em suas próprias ações (PANDOLFI, 1995, p. 199).

mesmo tempo, opõe-se àqueles que “revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática” (COUTINHO, 1979, p. 34). Coutinho afastava-se, assim, do grupo ligado a Luiz Carlos Prestes, mas também do nascente Partido dos Trabalhadores (PT), formalmente fundado em fevereiro de 1980 e ao qual ele viria a se filiar em 1989, juntamente com Leandro Konder e Milton Temer. Segundo a justificativa apresentada posteriormente por Coutinho, foi justamente por conta deste seu “aliancismo” que ele havia resistido a entrar no PT, um partido “sectário”¹⁴.

Na leitura de agentes que compunham o grupo ao qual Coutinho estava vinculado na época, esta defesa do “aliancismo” inseria-se em uma linha que já vinha, pelo menos, desde a “primeira renovação pecebista” e que fora reafirmada durante a ditadura militar, com o combate à perspectiva adepta da luta armada e a defesa da atuação da oposição por meio do MDB (MALIN, 2018; SANTOS, 1994, 2012). Nesta leitura, a defesa da democracia feita pelos eurocomunistas brasileiros responde a uma “tradição” que remete à chamada “Declaração de Março”, lançada em 1958 pelo Comitê Central do PCB. Tal documento é visto como um marco na luta contra o “stalinismo” (com seu “culto à personalidade”) e pela valorização da democracia, apesar da existência de “contrabandos” (termo utilizado por Armênio Guedes) que deixavam a *Declaração* um documento ainda ambíguo (MALIN, 2018, p. 126-130). Estas transformações ocorridas no PCB na segunda metade da década de 1950 – em especial após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a divulgação do chamado Relatório Krushev – foram denominadas por Raimundo Santos (1994; 2012) de “primeira renovação pecebista”.

E, o que é ainda mais importante para os propósitos da presente pesquisa, o texto de Coutinho foi lido como condensando as posições de um grupo que identificava-se com o chamado “eurocomunismo” e que tinha em Armênio Guedes a principal liderança. Isto pode ser visto em entrevista dada por Armênio Guedes a Mauro Malin, em que destaca tanto a importância do texto quanto o fato de que ele “não era uma ideia absolutamente nova para mim porque os italianos também falavam nisso” (MALIN, 2018, p. 499).

Percebe-se, portanto, que a defesa destas posições era também uma clara tomada de posição dentro das disputas internas ao PCB. Apesar de por vezes implícito, na medida em que Prestes não é diretamente citado em nenhum momento, um dos principais embates que pode ser visto nas páginas do ensaio era em relação ao

14 Cabe frisar que “espírito ‘aliancista’ é um termo utilizado pelo próprio Coutinho para caracterizar sua postura política. Da mesma forma, “sectário” foi um termo utilizado pelo próprio para caracterizar o modo como ele via o PT no período. Ver Coutinho (2006, p. 137).

“Cavaleiro da Esperança” e a defesa das posições que, para os “renovadores eurocomunistas”, ele representava. Não à toa, do lado oposto, Prestes afirma que negar a possibilidade do uso de armas no processo revolucionário era um erro (MORAES e VIANA, 1982, p. 217). Conforme menciona Prestes em entrevista:

O reformismo, que combato, quer chegar até o socialismo através de reformas pacíficas. É a democracia burguesa levada até o socialismo. Nós temos de conquistar uma democracia nova. A democracia socialista é completamente diferente da democracia burguesa. É preciso uma descontinuidade, é preciso um salto, de qualidade. Se você ler os artigos de Leandro Konder, verá que ele eleva a democracia burguesa até o socialismo. A democracia por que eles estão lutando é a democracia burguesa – jamais a democracia socialista (MORAES e VIANA, 1982, p. 219).

Nesta mesma linha, o relato de Anita Prestes frisa enfática e repetidamente a luta de Prestes “para que a derrota do fascismo¹⁵ não significasse a volta a um tipo de democracia liberal-burguesa”, enquanto Armênio Guedes, juntamente à “Assessoria” e ao jornal Voz Operária, encampavam “a apologia da democracia em geral sem a definição do seu caráter de classe, o que significava na prática a defesa da democracia burguesa” (PRESTES, 2012, p. 212). Para Prestes, os eurocomunistas levavam o jornal oficial do Partido, o Voz Operária, ao absurdo de defender posições “direitistas e antissoviéticas” (MORAES e VIANA, 1982, p. 210).

Deste modo, ao condenar toda forma de autoritarismo – e, inclusive, toda forma de “golpismo” - e reivindicar a necessidade de união de todas as “forças progressistas” na luta contra a ditadura, o texto amplia seu leque de alianças, atraindo a atenção de setores liberais, que viam no texto, além de tudo, um instrumento para a crítica à União Soviética e defesa das instituições democráticas.

3. As interpretações possíveis e a interpretação legítima

3.1. O texto como um espaço de disputas

Coutinho mostrou-se surpreso com a reverberação da obra e, da mesma forma, com o “equivoco” de muitas das interpretações, de modo que significativa parte das suas intervenções posteriores sobre o referido ensaio são *respostas* a interpretações que ele julgava mais ou menos corretas. Ele se mostra, assim, empenhado em uma disputa – na qual ele é apenas um dos agentes, apesar de sua posição relativamente privilegiada - por definir qual a interpretação legítima, qual o valor social da referida obra. Nesta disputa está implicada não apenas o sentido da obra, mas quem pode julgá-la e como se pode fazê-lo. Afinal, como nos diz Bourdieu,

15 Termo utilizado por ela e por Prestes para caracterizar a ditadura militar brasileira.

A relação que o criador mantém com sua obra é sempre mediatizada pela relação que mantém o sentido público dela, sentido que lhe volta concretamente à memória por ocasião de cada relação que ele estabelece com os outros membros do universo intelectual e que é o produto das interações infinitamente complexas entre atos intelectuais, enquanto julgamentos ao mesmo tempo determinados e determinantes sobre a verdade, e o valor das obras e dos autores (...). A relação com uma obra, seja ela a sua própria, é sempre uma relação com uma obra julgada, cuja verdade e valor últimos não são outra coisa senão o conjunto dos julgamentos potenciais sobre a obra (BOURDIEU, 1968, p. 125-126).

A definição deste “sentido público”, porém, implica em “perguntar-se sobre quem julga e quem consagra, sobre como é feita a seleção que, no caos indiferenciado e indefinido das obras produzidas e mesmo publicadas, distingue as que são dignas de serem (...) conservadas e consagradas” (BOURDIEU, 1968, p. 120). As reedições do ensaio de Coutinho e os comentários dirigidos a ele ilustram de modo exemplar esta disputa pela definição do “sentido público” de uma obra. A existência destas divergências, porém, só é possível por conta dos diferentes atores concordarem, pelo menos, quanto à importância de se debater a “questão democrática” e quanto aos meios adequados para fazê-lo (textos em periódicos científicos ou não, livros e seminários). No quadro a seguir pode-se ver uma listagem com repercussões do ensaio na imprensa:

Resenhas ou comentários na imprensa:

1979/07. LEIA LIVROS. *A democracia como valor universal*. Resenha do ensaio homônimo de Coutinho, por Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Brasiliense, p. 05.

1980/07. LEIA LIVROS. *A democracia como problema universal*. Resenha dos livros *A democracia como valor universal*, de Coutinho, e *A democracia e os comunistas no Brasil*, de Leandro Konder, por Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Brasiliense, p. 18.

1980/08/13. ISTOÉ. *A democracia como valor universal*. Resenha do livro homônimo de Coutinho, por Franklin de Oliveira. São Paulo, p. 04.

1980/10/19. O GLOBO. *Democracia, um valor acima de suspeitas*. Resenha do livro *A democracia como valor universal*, por Maria Julia Goldwasser. Rio de Janeiro, [s.p.].

1980/11. DEBATE (nº 36). *O valor da democracia*. Dois ensaios em torno do livro *A democracia como valor universal* de Coutinho, assinados por P. Rozemiro e R. Batista. São Paulo: Século XXI, pp. 30-37.

1980/12/20. JORNAL DO BRASIL. *Democracia e esquerda: questões superpostas*. Resenha do livro *A democracia como valor universal* de Coutinho, por Wilson Figueiredo. Rio de Janeiro, [s.p.].

1981/02/15. JORNAL DA BAHIA. *Nelson Coutinho e a democracia como valor universal*. Resenha do ensaio *A democracia como valor universal* de Coutinho, por Carlos Cunha. Salvador, p. 18.

1984/12/21. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Democracia sem dono*. Resenha do

livro *A democracia como valor universal* de Coutinho, por Fernando Magalhães Melo. Recife, [s.p.].

1985/01. LEIA. *Coutinho, Gramsci e o Leopardo*. Resenha da segunda edição do livro *A democracia como valor universal* de Coutinho, por Emir Sader. [s.l.], pp. 23-24.

1987/03/06. DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *As consequências de uma estratégia*. Resenha dos livros *A democracia como valor universal* (citado nas duas edições), *A dualidade de poderes* e *As esquerdas e a democracia*, por Michel Zaidan Filho. Recife, caderno B, p. 06.

Adaptado a partir da listagem realizada por Neves (2016, apêndice) com todas as matérias divulgadas sobre Carlos Nelson Coutinho na imprensa.

O próprio Coutinho manifesta esta percepção quanto à repercussão da obra. Conforme sua leitura realizada *a posteriori* sobre a difusão do ensaio feita no *Prefácio* ao livro de 1984, Coutinho afirma que o texto:

Gerou polêmicas, motivou consensos e dissensos. Valeu-me acerbas críticas, tanto de doutrinários ‘marxistas-leninistas’ como de liberais. Mas também foram muitos os que, pública ou privadamente, expressaram o seu acordo com as teses centrais do livro. E, sem falsa modéstia, creio que os ensaios tiveram um certo peso na consolidação, entre muitos comunistas, da consciência de que não é mais possível manter a fidelidade ao *método* de Marx e às exigências do mundo moderno sem superar inúmeros preconceitos ‘marxistas-leninistas’, que continuam a proliferar no seio dos pequenos grupos e seitas que pretendem deter o monopólio da representação política dos comunistas brasileiros (COUTINHO, 1984, p. 12, grifo no original).

Uma década e meia depois, Coutinho volta a expressar juízo semelhante:

Sem falsa modéstia, teve uma importância muito grande no debate cultural e político daquele momento. Não tanto pelas suas qualidades intrínsecas – acho que é um ensaio que desenvolve pouco alguns conceitos, é sobretudo um texto de combate, simultaneamente contra a ditadura e contra o chamado ‘marxismo-leninismo’ - mas penso que, com ele, pus o dedo num tema que realmente era um tema ‘quente’, a exigir uma discussão (COUTINHO, 2006 [1999], p. 180).

Há pelo menos três elementos a serem destacados destes dois trechos. Primeiramente, a já citada percepção da “importância” que teve o texto no debate ocorrido no período. Em segundo lugar, a definição dos dois “alvos” prioritários – a ditadura e o marxismo-leninismo. E, por fim, a definição do ensaio como um texto inacabado, com conceitos ainda a serem melhor desenvolvidos.

Este último aspecto, longe de diminuir a importância do texto, expressa o deslocamento da “responsabilidade” de melhor desenvolver os aspectos inacabados do texto para a posteridade, o que foi feito por muitas das intervenções posteriores do próprio Coutinho. Não é à toa, portanto, que autores como Marcelo Braz entendam este ensaio como um “projeto teórico-político que norteou a trajetória de CNC” (BRAZ, 2012, p. 255).

Cabe frisar, assim, que o texto foi novamente publicado em 1980, pela editora Ciências Humanas, em livro com o título *A Democracia como Valor Universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. E, em 1984, pela editora Salamandra, com o título *A Democracia como Valor Universal e outros ensaios*. Além de ter sido um dos pontos debatidos no seminário As Esquerdas e a Democracia, transformado em livro (GARCIA, 1986). De tais reedições e debates pode-se apreender o modo como Coutinho pautou as leituras possíveis sobre o texto, com suas mudanças de ênfases e autocríticas.

3.2. 2º momento – a republicação em 1980

Contribuíram para a delimitação do leque de leituras possíveis as mudanças que foram realizadas no texto publicado em 1980, pela editora Ciências Humanas (e republicado, sem alterações, em 1984). Destaco a título de exemplo e sem a intenção de realizar uma comparação exaustiva, as seguintes alterações. A versão publicada em 1980 (que é reproduzida integralmente na edição de 1984) traz uma introdução ampliada - que Coutinho passa a chamar de “Premissa”. Nela, há uma referência ao erro da “tentativa stalinista de generalizar acriticamente para o Ocidente o modelo de transição seguido pelos bolcheviques”, enquanto “Antonio Gramsci (...) lança as bases para uma refundação da teoria marxista da transição ao socialismo, colocando a questão democrática no centro dessa transição” (COUTINHO, 1984, p. 18).

Novas notas de rodapé foram adicionadas. Uma delas (nota 8, da página 26) vem justamente para complementar um importante parágrafo que foi reformulado e ampliado, em que Coutinho comenta a diferença entre a “democracia socialista” e a “democracia liberal”. Haveria, entre um e outro, a “criação de novos institutos políticos” e a “mudança de função” de outros (COUTINHO, 1984, p. 26)¹⁶. A nota de rodapé adicionada vem justamente afirmar que Karl Marx havia observado, em sua análise da Comuna de Paris, a “mudança de função” do sufrágio universal na “democracia proletária” (COUTINHO, 1984, p. 26). Mais à frente (nota 22, da página 46), Coutinho afirma que também o *XX Congresso do PCUS* havia notado esta possibilidade.

Uma outra nota reforça o combate ao “golpismo” (nota 20, da página 43), complementando um parágrafo que fora ampliado para trazer dois exemplos “desastrosos” do “golpismo”: “os eventos ligados ao movimento ‘nacional libertador’ de 1935 e os que culminaram na tragédia de 1964” (COUTINHO, 1984, p. 43). A nota faz referência a um estudo de Marcelo Gato em que ele demonstra, segundo Coutinho, a presença de elementos do “golpismo” no movimento sindical pré-1964. O “golpismo” é, portanto, um *modus operandi* que esteve/estava presente em diversos âmbitos da atuação

¹⁶ Ver Coutinho (1979, p. 37) para apreciação das demais mudanças relativas ao parágrafo equivalente no original.

da esquerda - com destaque para o sindicalismo pré-1964, em que o PCB foi tão presente. A nota seguinte trata ainda do mesmo tema: “é interessante observar que, já em 1967, uma importante força da esquerda brasileira – o PCB – empreendia uma dura autocrítica quanto à concepção golpista das transformações sociais” (COUTINHO, 1984, p. 44).

Também é sintomático o esclarecimento sobre a concepção de “valor” utilizada no texto¹⁷. Diz Coutinho: “Cabe dissipar, desde já, um possível mal-entendido. Quando falamos em ‘valor’, não temos em vista – à maneira de Kant – uma norma abstrata e intemporal que ‘valeria’ como um dever-ser independente da história e de suas leis (...)” (COUTINHO, 1984, p. 22). E segue explicitando a adoção do “ângulo rigorosamente histórico-materialista” (COUTINHO, 1984, p. 23), apoiando-se em Georg Lukács e Agnes Heller. Ciente da existência de “mal-entendidos” possíveis, Coutinho adianta-se reiterando o seu vínculo com a perspectiva teórico-metodológica reivindicada pelos marxistas, explicitando a sua posição nas polêmicas internas.

Destas alterações, podemos destacar dois pontos interligados: 1) a reivindicação da manutenção da filiação à tradição intelectual vinculada a Marx, mas com uma maior explicitação da tomada de posição interna a esta tradição, vinculando-se a um determinado segmento da mesma (em especial, Antonio Gramsci) e enfatizando a crítica à “generalização” do “modelo bolchevique”; 2) a ênfase e maior explicitação de certos pontos polêmicos do texto, em especial o imbróglio relativo à concepção da democracia liberal e a crítica ao comunismo – em especial o “golpismo” presente na esquerda (com destaque para o PCB).

3.3. 3º Momento – a edição de 1984

A edição de 1984 é uma reedição da de 1980, com a adição de novos ensaios e sem alterar os que foram publicados na edição anterior. O livro é dividido em três partes, além do *Prefácio*. A primeira parte consta apenas o ensaio *A Democracia como Valor Universal*, mantendo-se o texto igual ao que fora publicado em 1980. A segunda parte intitula-se *Temas de história do marxismo*, e traz os seguintes textos: Sobre a ‘questão democrática’ em Marx e em alguns marxistas; Gramsci e nós; Os conselhos de fábrica no jovem Gramsci; Introdução a Togliatti; e Duas notas sobre o eurocomunismo. Já a terceira e última parte, intitula-se *O caso brasileiro*. Traz os seguintes textos: Cultura e democracia no Brasil; O capitalismo monopolista de Estado no Brasil: algumas

¹⁷ João Quartim de Moares (2001), em sua crítica à “canonização da democracia”, chama atenção para esta alteração feita por Coutinho em seu esforço para convencer o leitor do vínculo entre o “ângulo” adotado em seu ensaio e a perspectiva do materialismo-histórico. Este autor, porém, não tergiversa em defender sua posição: “de materialista, este ângulo só nos parece ter o nome” (MOARES, 2001, p. 28).

implicações políticas; e, por fim, Pós-escrito 1984: alternativas da transição (ver COUTINHO, 1984). Também é significativo que o livro comece, em epígrafe, citando três marxistas (V. I. Lênin, Rosa Luxemburgo e Enrico Berlinguer) – o que estabelece, de antemão, o “terreno” ao qual ele filia sua discussão.

No prefácio, o livro é apresentado como objetivando refletir sobre a democracia tanto no que tange à sua relação com o socialismo quanto à sua importância para as lutas travadas no Brasil. E, tal qual na entrevista citada anteriormente (COUTINHO, 2006 [1999]), aqui também é explicitado o seu caráter de “esboço”.

Este prefácio, porém, demarca uma certa leitura sobre a relação entre o ensaio, o Partido Comunista Brasileiro e o chamado “socialismo real”. O “marxismo-leninismo”, com seus “inúmeros preconceitos”, passa a ser explicitamente um dos alvos centrais. E a crítica ao PCB e demais PCs, já presente desde 1979, muda radicalmente de tom. A disputa não é mais pelos rumos que o PCB deveria tomar, mas por afirmar que este não deve “deter o monopólio da representação política dos comunistas brasileiros”, posto que “esse agrupamento político não estava preparado para aceitar, em todas as suas implicações teóricas e políticas, o valor universal da democracia” (COUTINHO, 1984, p. 12). A crítica passa a ser ao “socialismo real”, com a “tradição oriunda da Terceira Internacional”, à qual o PCB ainda estava vinculado em sua forma organizacional (COUTINHO, 1984, p.12-13).

A referência à experiência italiana permanece, mas agora com ênfase na caracterização do PCI como modelo que foi capaz de operar a “profunda renovação interna” (COUTINHO, 1984, p. 13) que o PCB não realizou. Desta forma, o livro é ainda apresentado como um esforço para contribuir com “a criação de um partido socialista, laico, democrático e de massas, capaz de recolher o que há de válido na herança do comunismo brasileiro, mas, ao mesmo tempo, de incorporar as novas correntes socialistas” (COUTINHO, 1984, p. 13).

Cabe frisar, com isto, que a formulação e exposição desta crítica se deu logo após a “marginalização” do grupo ao qual Coutinho estava vinculado - a Corrente Renovadora – dos cargos de direção do PCB, o que ocorreu no VII Congresso do Partido, realizado entre 1982 e 1983¹⁸. A preconização da necessidade de criação de um novo partido, portanto, não só exclui o PCB como uma alternativa possível, mas os demais partidos da esquerda, como o Partido dos Trabalhadores, que reunia diversos

18 Raimundo Santos (1994, p. 47) menciona “a marginalização desse significativo grupo em fins de 1983, no ápice do longo período das discussões preparatórias para o VII Congresso do PCB”. Referindo-se a este mesmo congresso, Armênio Guedes afirma: “a partir do congresso-farsa eu sabia que estavam cortadas as nossas ligações (...), eu sabia que a gente não ia mais continuar no Comitê Central, porque éramos pessoas que discordavam” (MALIN, 2018, p. 477).

setores da esquerda no período e ao qual Coutinho veio a se filiar posteriormente (em 1989).

Por mais que alguns possam indicar que esta crítica já estava apontada no ensaio original, sendo apenas melhor desenvolvida posteriormente (BRAZ, 2012), cabe frisar que, quando da primeira publicação do ensaio (1979), havia outras possibilidades em aberto. O texto era também parte de uma disputa interna ao PCB e, de modo mais amplo, quanto aos rumos do comunismo mundial. E o desfecho destas disputas – a não ser em leituras teleológicas¹⁹ - não havia como ser previsto pelos próprios protagonistas destas disputas.

3.4. 4º momento - O seminário *As Esquerdas e a Democracia*, de 1986.

Um outro evento que pode ser explicitado para análise das leituras sobre as possíveis interpretações relativas ao ensaio de Coutinho refere-se ao seminário realizado em 1986 conjuntamente pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e pelo Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) intitulado “Partidos e Movimentos de Esquerda”. Este seminário foi transcrito e publicado em livro (GARCIA, 1986).

Para a discussão foram escolhidos Francisco Weffort²⁰, Daniel Aarão Reis²¹ e o próprio Carlos Nelson Coutinho, que cursava o doutorado em Ciência Política no IUPERJ desde o início da década de 1980 e, no mesmo ano da realização do seminário, tornou-se professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ e obteve o título de livre-docente pela UFRJ. Os três são, nas palavras do organizador do livro, “intelectuais universitários competentes e reconhecidos (...), têm em comum o fato de manterem com a política uma relação que extravasa o terreno puramente acadêmico” (GARCIA, 1986, p. 12).

Além do reconhecimento pelos pares desta condição de destacados *políticos-intelectuais*, cabe também frisar que o CEDEC despontava, desde sua criação em 1976, como um dos principais institutos de pesquisa de São Paulo, dado o recebimento de

19 O que Bourdieu (2006) chamou de *ilusão biográfica*.

20 Weffort era professor do curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP) desde 1961, já havia sido presidente da ANPOCS (1977-1980) e recebido o título de livre-docente pela USP (1977). Foi também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e, no momento da realização deste seminário, ocupava o cargo de secretário-geral do partido. Sobre Francisco Weffort, pode-se ver Araújo (2012) e Tauil (2017).

21 Daniel Aarão Reis é professor do curso de história da Universidade Federal Fluminense desde 1981 e, no momento do seminário, cursava doutorado em história na USP (1982-1987). Durante a ditadura militar, militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), adepto da luta armada, e foi exilado. Durante o exílio na França, conclui sua graduação e mestrado em história. Aarão Reis também participou da fundação do PT. Há um perfil biográfico do mesmo em: <https://une.org.br/2011/08/daniel-aarao-reis/>

recursos da Fundação Ford²². Este evento ganha interesse suplementar para a presente análise, portanto, dada a posição institucional dos participantes e por fazer-se investido tanto da autoridade acadêmica de estar ligado a um GT da ANPOCS quanto da autoridade de estar vinculado a uma instituição como o CEDEC, que agregava importantes personalidades do campo político e intelectual paulista e nacional.

Ao comentar seu ensaio, Coutinho destaca que este tinha como objetivo discutir a democracia e sua relação com o socialismo. Mas, dessa vez, dá especial ênfase também para um outro ponto: o objetivo de “abandonar essa visão da realidade brasileira como a de um país atrasado, semicolonial, ainda carente de uma revolução de libertação nacional (COUTINHO, 1986, p. 61). Com isto Coutinho demonstra o seu afastamento do PCB também no que tange à leitura que este fazia da realidade²³.

A crítica a esta visão da realidade está ligada à crítica à Terceira Internacional e ao “marxismo-leninismo” – e, portanto, aos partidos comunistas. Cabe destacar, assim, que se o uso instrumental da democracia já era o principal combate do artigo de 1979, agora este “desvio” aparece claramente como decorrente dos limites desta vertente do pensamento marxista. Coutinho é explícito ao afirmar que “a forma marxista-leninista de pensar a questão democrática é uma forma que tende a reduzir a democracia a mero instrumento” (COUTINHO, 1986, p. 61) e, também, que “aquelas velhas concepções da esquerda brasileira, em particular do PCB, de que o capitalismo era bloqueado no Brasil pelo latifúndio e pelo imperialismo não se revelaram verdadeiras” (COUTINHO, 1986, p. 64).

E isto vem paralelamente à sua autocrítica em relação ao uso feito por ele do “legado” de Lênin. Autocrítica que só foi possível, segundo o próprio Coutinho, por conta das leituras relativas à obra de Antonio Gramsci. Afirma Coutinho: “o fato de o

22 O CEDEC despontou como o quarto maior beneficiário de recursos da Fundação Ford, se considerarmos apenas as instituições ligadas às ciências sociais e o período das décadas de 1970 e 1980 (informação retirada de Miceli, 1990). Isto garantiu não só recursos materiais, mas prestígio científico. Sobre o CEDEC, ver Lahuerta (2001). Sobre a relação entre a Fundação Ford e a elite das ciências sociais no Brasil, ver Miceli (1993).

23 Corroborando a leitura feita por Coutinho sobre o seu próprio ensaio, Marcelo Braz critica o “etapismo” do PCB e aponta que o grupo ao qual Coutinho estava vinculado “visava girar o eixo estratégico da revolução reforçando a centralidade da ‘questão democrática’ no sentido de associá-lo ao par socialismo/democracia como uma alternativa à clássica etapa democrático burguesa” (BRAZ, 2012, p. 248). A título de exemplo, pode-se destacar também a crítica feita por Antonio Carlos Mazzeo (1999), que analisa as leituras e tomadas de posição do PCB, apontando a subordinação ao Komintern como um dos elementos que explicam as falhas do partido, de forma que o PCB passa a reger suas ações por uma análise “mecanicista” e “etapista”. Diz o autor que, em especial após a década de 1930, “a nova linha teórico-prática passa a entender a implementação da democracia como desdobramento de uma ‘etapa’ democrática que não estaria a cargo da classe operária, mas de uma suposta ‘burguesia nacional’, que estaria desenvolvendo-se em ‘contradição’ com o imperialismo. Essa política, imposta de cima pelo Komintern, será a responsável pelos inúmeros equívocos cometidos pelo PCB, determinando uma inversão, na qual a estratégia de ação estará permanentemente subordinada à tática da revolução realizada em ‘etapas’” (MAZZEO, 1999, p. III-IV).

ensaio estar inserido num processo de luta interna me levou, de modo inconsciente, a avaliar de modo pouco crítico o legado de Lênin à compreensão da democracia” (COUTINHO, 1986, p. 61). E, mais à frente, complementa: “Quem me ajudou a repensar, de um ponto de vista marxista, o conceito de democracia foi sobretudo Gramsci” (COUTINHO, 1986, p. 62).

Vale frisar, porém, que questionar-se quanto ao fato de esta leitura estar ou não presente no texto original é uma preocupação secundária para os propósitos da presente pesquisa. O que importa destacar, aqui, é a necessidade de Carlos Nelson Coutinho de (re)apresentar seu vínculo com o marxista italiano e com o rompimento com esta visão que por muito tempo marcou a leitura da realidade brasileira operada pelo PCB, utilizando, para isto, de comentários direcionados ao ensaio.

A “questão democrática” aparece, assim, em novos termos. Mais distante do PCB, tanto em relação à leitura que ele fazia da realidade quanto da filiação política e teórica declarada por ele, e mais próxima de Gramsci e dos “neogramscianos”, apresentados como alternativa ao “marxismo-leninismo”.

3.5. Intermédios

Cabe frisar que esta divisão em três “momentos” visa apenas demonstrar que o texto sofreu com certas vicissitudes que diziam respeito não só à trajetória do seu autor, que foi o principal agente a pautá-lo, mas a processos e disputas que ocorreram nos espaços político e intelectual. Com isto, portanto, não se exclui a existência de outros “momentos” que poderiam também ser aqui analisados e que perduraram nas décadas de 1990 e 2000.

Entre cada um destes “momentos”, existiram inúmeras críticas e comentários. O próprio Coutinho, no prefácio à edição de 1984, destaca algumas delas²⁴. Como se pode ver no quadro a seguir:

Intervenções destacadas por Coutinho (1984)

Referência do texto	Caracterizado como
COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In. <i>Encontros com a Civilização Brasileira</i> , V. 9, 1979.	
RODRIGUES, Otávio. Contra o revisionismo. Exemplar das críticas “do lado	

²⁴ Lucca-Silveira (2012) analisa três críticas ao ensaio, que foram escolhidas por indicação do próprio Coutinho no livro *Contra a corrente – ensaios sobre democracia e socialismo*, publicado em 2008. São elas: a de Márcio Neves, publicada na revista *Temas de Ciências Humanas*, em 1981; a de Adelmo Genro Filho, publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1979 (ambas criticando, por vieses distintos, a incompatibilidade das teses de Coutinho com o marxismo); e a de José Guilherme Merquior, publicada em livro em 1981, pela editora *Nova Fronteira*, que louva a defesa da democracia feita por Coutinho, mas aponta a inadequação entre esta e o leninismo reivindicado no texto.

1979.	‘marxista-leninista’”; panfleto doutrinário e pouco equilibrado (COUTINHO, 1984, p. 12)
FILHO, Adelmo Genro. A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho). In. Encontros com a Civilização Brasileira, V. 17, 1979.	Outro exemplar das críticas “do lado ‘marxista-leninista’”; “mais equilibrado (mas nem por isso menos doutrinário)” que o texto de Otávio Rodrigues (COUTINHO, 1984, p. 12).
COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo. Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980.	
MERQUIOR, José Guilherme. Marxismo e democracia. In.: MERQUIOR, J. G. As ideias e as formas. 1981.	Exemplar das críticas “do lado liberal” (COUTINHO, 1984, p. 12).
COUTINHO, C. N. A democracia como regime que avança. In. <i>Isto É</i> , 21/01/1981	Resposta ao texto de Merquior (1981) (COUTINHO, 1984, p. 12).

Produzido pelo autor a partir de Coutinho (1984)

É certo que muitos outros comentários existiram. Não à toa Coutinho foi considerado como “o autor do artigo de maior sucesso da Revista” e sua publicação considerada “um dos marcos da discussão promovida nos artigos da Revista” (GALUCIO, 2009, p. 204). As intervenções de Coutinho, porém, relegaram a maior parte destes escritos para o esquecimento.

Dos três listados, o texto de Otávio Rodrigues foi o que menos teve circulação mais restrita, sendo uma “brochura” escrita para o VII Congresso do PCB e publicado sem a mediação de uma editora. Enquanto o texto de Adelmo Genro, publicado na mesma revista e no mesmo ano que fora publicado o ensaio de Coutinho, recebeu menções posteriores, como indicado por Lucca-Silveira (2012).

O texto de Adelmo Genro Filho é posto como representante do mesmo “lado” do texto de Otávio Rodrigues – ou seja, o lado “marxista-leninista”. Adelmo Genro assina o texto como “Bacharel em Direito, vereador em Santa Maria, no Rio Grande do Sul”. Foi eleito vereador pelo MDB, em 1976, logo após a conclusão do curso de jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria²⁵. Genro Filho argumenta que a análise de Coutinho não seria nem marxista e nem leninista, posto que teria abandonado seus aspectos centrais: operava uma análise não-dialética, abandonava a categoria revolução como significando uma ruptura real e abandonava, também, a apreensão do Estado como uma instituição defensora dos interesses da burguesia. Isto tudo teria levado Coutinho a

25 Informações biográficas retiradas de: <http://www.adelmo.com.br/index1.htm>

um erro político crasso: a defesa do “liberalismo emedebista” (GENRO FILHO, 1979, p. 200).

Destas, apenas a crítica de Merquior recebeu uma resposta direta. Há alguns elementos que podem contribuir para explicar o destaque dado a Merquior. Primeiramente, o fato de Merquior ter tido sua “iniciação intelectual” no marxismo, em conjunto com Leandro Konder e Carlos Nelson, amigos próximos com quem mantinha constante diálogo. Mas Merquior, posteriormente, tornou-se um crítico do marxismo e desenvolveu grande afinidade com o liberalismo. Destaca-se, também, a posição ocupada por ele nos espaços político e intelectual: além da carreira de diplomata, iniciada na França em 1966, Merquior publicou vários livros, muitos deles direcionados a criticar o marxismo²⁶, e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1982 - um ano após a publicação em livro de suas críticas ao ensaio de Coutinho.

Ademais, responder a críticas é não só (re)atestar a importância do referido ensaio e mantê-lo circulando, mas usufruir da oportunidade de, mais uma vez, resolver qualquer possível “mal-entendido” e adicionar novos elementos para as leituras subsequentes. Na prática, no caso de Coutinho isto implicava em explicar-se quanto a dois pontos específicos: por um lado, as diferenças e semelhanças entre o que deveria ser a leitura marxista da democracia e a leitura liberal da mesma e, por outro, a reafirmação do seu vínculo com o marxismo.

Os dois textos de Merquior, intitulado *Marxismo e democracia* e o outro intitulado *Cultura e democracia*, foram publicados em três etapas no *Jornal do Brasil* (27/12/1980, 03/01/1981 e 10/01/1981) e depois republicado em livro. Depois de constatar a existência de “um surto de revalorização da democracia no marxismo brasileiro” (MERQUIOR, 1981, p. 232), Merquior aponta que o ensaio de Coutinho havia ficado encarregado de analisar teoricamente a relação entre a “compatibilidade conceitual entre leninismo e democracia” (MERQUIOR, 1981, p. 232), chegando à conclusão que seriam plenamente compatíveis. Argumenta que Lênin (e Lukács) teria, sobre a democracia, justamente a posição contrária a que Coutinho alegava defender: seria um antidemocrático, tanto em termos teóricos quanto práticos. O objetivo de Coutinho, portanto, seria mais facilmente atingido abandonando Lênin e ficando só com Gramsci. Mas, ainda assim, na medida em que o uso do conceito de hegemonia havia levado Coutinho a uma “ode ao ‘consenso’” (MERQUIOR, 1981, p. 238), sua defesa da democracia permanecia inviabilizada.

26 Sobre a relação entre Merquior e o marxismo, ver Felipe (2016).

Coutinho não só responde a Merquior, mas incorpora *parte* de sua crítica, afastando-se de Lênin. Do outro lado – o “marxista-leninista” - Coutinho também incorpora *parte* da crítica: contra Genro Filho, reafirma seu vínculo ao pensamento de Karl Marx e nega que teria se resumido à defesa do engodo liberal, mas não contesta a acusação de “antileninismo”. O prefácio da edição de 1984 e a intervenção de Coutinho no Seminário realizado em 1986, que foram analisados anteriormente, condensam esse movimento.

O imbróglio relativo a estes dois pontos (a relação entre o ensaio e o marxismo-leninismo e com o liberalismo) persiste no tempo. Em 2002, em entrevista a José Corrêa Leite e Emiliano José - publicada na revista *Teoria & Debate* e republicada no livro *Intervenções* (COUTINHO, 2006) – Coutinho discorre sobre os elementos do liberalismo que devem ser “herdados” e afirma: “hoje, se reescrevesse aquele ensaio, teria posto como título *A democratização como valor universal*. O que é valor universal não são as formas concretas que a democracia assume institucionalmente em dado momento, mas o processo pelo qual a política se socializa” (COUTINHO, 2006, p. 133). A mudança do título, com ênfase para a questão do processo, seria uma forma a mais de diminuir as possibilidades de interpretações que ele julgava equivocadas.

Houve ainda espaço para uma amistosa crítica da autocrítica. Leandro Konder, filósofo que era amigo de Carlos Nelson e compartilhou de boa parte de suas tomadas de posição políticas, afirma sobre o ensaio:

Mais tarde, Carlos Nelson viria a lamentar que nele – na medida em que não se sublinhava a importância do socialismo – a exaltação do valor da democracia se prestava para uma leitura liberal, que facilmente descambava para uma indevida euforia. Não concordo com essa autocrítica. A exaltação do socialismo está presente em outros textos de Carlos Nelson, não tinha necessariamente que estar nesse. Os liberais não se equivocaram por não terem se defrontado com a proclamação da importância do socialismo. Equivocaram-se porque queriam (KONDER, 2008, p. 115).

Esta mudança de ênfase é assumida pelo próprio Coutinho, que a explica a partir da mudança do ‘combate ideológico’ travado em cada ocasião. Diz Coutinho: “em 1979, tinha a clara intenção de dizer que sem democracia não há socialismo. Hoje, dado o tipo de combate ideológico que estamos travando, é necessário sublinhar que sem socialismo não há plena democracia” (COUTINHO, 2006, p. 136).

O maior distanciamento em relação ao “leninismo” e maior aproximação a Gramsci, conforme registrada nos três “momentos” aqui analisados, também é assumido pelo próprio Coutinho, ao mesmo tempo em que reitera a sua identificação enquanto um “marxista convicto e confesso”. Diz Coutinho:

Hoje, não me considero mais um ‘leninista’. Tenho grande apreço pela obra e ação de Lênin (...), mas agora percebo não só o que nelas se tornou anacrônico, mas também o que já era equivocado no momento em que escrevia ou atuava. Em consequência, mudei minha avaliação de vários outros autores marxistas (...). Ou seja: passei a aceitar e valorizar positivamente o pluralismo no interior do marxismo. Nesse sentido, não acho, por exemplo, que exista um ‘gramscismo’, embora a reflexão do pensador italiano seja aquela com a qual mais me identifico (COUTINHO, 2006, p. 190-191).

Este movimento foi acompanhado de uma série de trabalhos editoriais e de traduções efetuadas por Coutinho (como se pode ver no quadro a seguir). Isso está de acordo com a leitura que ele faz de sua própria vida como a década de 1980 correspondendo à fase ‘gramsciana’. Nesta mesma entrevista, Coutinho divide a sua vida entre um “período fanaticamente lukacsiano”, que é sucedido pelo “reencontro com Gramsci, em meados dos anos 1970” (COUTINHO, 2006, p. 180). O referido ensaio é apontado por ele como exemplo desta segunda fase, em que as leituras de Gramsci e a “questão da democracia” passaram a nortear suas produções.

Intervenções editoriais de Carlos Nelson Coutinho²⁷

Modalidade de atuação	Título	Ano
Tradução e prefácio (com Leandro Konder)	Antonio Gramsci, <i>Concepção dialética da história</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966	1966
Autor	Literatura e Humanismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1967
Tradução e seleção	Antonio Gramsci, <i>Literatura e vida nacional</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Tradução	Antonio Gramsci, <i>Os intelectuais e a organização da cultura</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Tradução (com Leandro Konder)	György Lukács, <i>Introdução a uma estética marxista</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968
Tradução e seleção	György Lukács, <i>Marxismo e teoria da literatura</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.	1968

²⁷ Apenas as intervenções mais significativas. Uma listagem completa pode ser vista em Neves (2016).

Autor	O estruturalismo e a Miséria da Razão, Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1972
Autor	<i>El estructuralismo y la miseria de la razón</i> , trad. de Jaime Labastida. Ciudad de México, Era.	1973
Tradução (com R. di Piero) e prefácio	György Márkus, <i>A teoria do conhecimento no jovem Marx</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra	1974
Autor (entre outros)	Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira, Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1974
Tradução, introdução e seleção	Palmiro Togliatti, <i>Socialismo e democracia. Obras escolhidas (1944-1964)</i> . Rio de Janeiro, Muro.	1980
Autor e seleção	<i>Gramsci</i> . Porto Alegre, L&PM.	1981
Organização e tradução da edição brasileira (com outros autores)	<i>História do marxismo</i> , org. de Eric J. Hobsbawm <i>et al.</i> Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12 vols.	1980-1989
Autor	<i>A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução</i> . São Paulo, Brasiliense.	1985; 1987
Autor	<i>Introducción a Gramsci</i> , trad. de Ana María Palos. Ciudad de México, Era.	1986
Autor	<i>Literatura e ideología en Brasil. Tres ensayos de crítica marxista</i> , trad. de Julia Calzadilla. Havana, Casa de las Américas.	1987
Organização e tradução (com M. A. Nogueira)	<i>Gramsci e a América Latina</i> . Rio de Janeiro, Paz e Terra.	1988
Autor	<i>Cultura e sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas</i> . Belo Horizonte, Oficina do Livro.	1990

Adaptado de Neves (2016)

Com isto, a posição ocupada e o reconhecimento adquirido pelo autor (que inclui o recebimento de um título de livre-docência em Política Social, pela UFRJ, em 1986) colocaram-no em condição de pautar, com certo êxito, o modo como o ensaio deveria ser

interpretado. Para intervir nestas disputas serviram os prefácios, as alterações da edição seguinte, os textos posteriores comentando a “questão democrática”, as várias entrevistas que ele concedeu, etc. Tudo isto se deu paralelamente ao aumento do seu reconhecimento no espaço intelectual e acadêmico, o que pôde ser mensurado não só pelo título de livre-docência e assunção do cargo de professor da UFRJ, mas pelas intervenções editoriais que fizera, traduções, publicação de livros e republicações (dentro e fora do Brasil).

Considerações finais

No período analisado, a palavra “democracia” afirma-se como uma categoria chave no pensamento de Coutinho, mas também do conjunto de políticos e intelectuais do momento, possibilitando inúmeros desacordos sobre o caráter da democracia, o que fazer com ela e como fazê-lo.

O presente trabalho buscou trazer considerações para pensarmos as condições que possibilitaram a produção de uma obra que ficou reconhecida por muitos como “um clássico da esquerda no Brasil” - para utilizarmos aqui a expressão empregada por Marcelo Braz (2012) – e, também, para pensarmos elementos que condicionaram a sua circulação, limitando a análise até fins da década de 1980.

Isto implicou em afastar-se de uma postura essencialista, em que o analista busca nos elementos internos ao texto e/ou nos elementos contextuais argumentos para comprovar que a sua leitura é a mais correta. E nos levou, também, a deixar em suspenso questões mais propriamente centradas nos usos que Coutinho fez de determinados conceitos, como o de via prussiana ou o de hegemonia.

A hipótese aqui sustentada centra a explicação do significativo reconhecimento e circulação deste texto a partir de três elementos interconectados. Primeiramente, pela trajetória do “autor”. Quando Coutinho publica o ensaio, em 1979, ele já dispunha de alguns trunfos e recursos decorrentes de sua atuação concomitantemente política e intelectual, que inclusive contava com o aval de um grupo mais amplo, consolidado na Europa, com certo reconhecimento intelectual e inserção em espaços acadêmicos, tanto dentro quanto fora do Brasil. Adquiriam, com isto, legitimidade para atuar como mediadores de certas “tendências” em voga na Europa e como mediadores entre o espaço intelectual e o político. O texto já entra em cena, assim, dotado de certa “credibilidade”.

Em segundo lugar, por conta das posições reivindicadas pelo texto: a condição de marxista, a crítica à União Soviética e ao chamado “socialismo real”, a condenação de todo e qualquer tipo de autoritarismo e “golpismo” e a defesa parcial do “legado” do liberalismo, com a valorização das instituições democráticas.

O texto possuía, com isto, certa capacidade de englobar interpretações distintas dentro deste amplo espectro de defesa da democracia, clamando por um combate ao “autoritarismo” que direcionava-se não só para o regime ditatorial brasileiro, mas para um amplo leque de experiências, indo desde as ditaduras que ocorreram na América Latina a países comunistas e a práticas de dirigentes partidários, com destaque para o próprio PCB. Com isto, o texto de Coutinho torna-se um aliado parcial de setores que historicamente opunham-se aos comunistas (os liberais). Não foi à toa, portanto, que Coutinho demonstrou grande interesse em reiteradamente explicar que o texto não seria uma apologia ao liberalismo – o que já indica, no mínimo, que tal leitura foi recorrente.

O uso do léxico marxista-comunista já é, por si, uma tomada de posição, na medida em que reivindica-se no interior do “pensamento marxista”. É tanto consequência das condições de produção – das condições de sua formação político-intelectual no interior do PCB - quanto condicionante da circulação, visto que dirige-se prioritariamente àqueles que conhecem tais códigos. Mas, por conta do conteúdo de sua crítica, a reivindicação da condição de marxista e (ex) comunista não tem como consequência apenas uma relativa restrição da circulação do texto, mas traz o trunfo de poder reivindicar a autoridade de quem conhece ‘por dentro’ aquilo que critica.

Em terceiro lugar, importa também a trajetória do seu autor no período subsequente à publicação do texto (com destaque para o título de livre-docência e a assunção do cargo de professor titular da UFRJ), e também a existência de outros políticos-intelectuais que reivindicavam-se como adeptos das posições defendidas no texto, como Leandro Konder. A trajetória política e acadêmica de Coutinho é, portanto, um dos fatores condicionantes da circulação do texto e das possíveis interpretações, levando-o a se afirmar como um dos agentes mais autorizados a determinar qual a interpretação mais correta do texto.

Isto pôde ser visto em “momentos” distintos da trajetória do texto/autor, em que Coutinho pôs-se a explicar supostos “equivocos” de interpretações e a fazer autocrítica sobre aspectos do texto, além de anexar novos elementos para a sua (re)leitura. A divisão da exposição em “momentos”, porém, não deve ser interpretada como se cada um deles fossem falsificações/deturpações de um ato fundador original – o que seria justamente a postura essencialista que visamos nos contrapor com o presente trabalho.

Cabe frisar, por fim, que esta história não teve um ponto final. Estas disputas permanecem mesmo após a morte de Coutinho, em setembro de 2012. Para um exemplo de sua vivacidade no espaço acadêmico, basta comparar o artigo de Marco Aurélio Nogueira (2013) publicado na *Revista Lua Nova*, um ano após a morte de Coutinho, com o artigo de João Quartim de Moraes (2001), publicado na revista *Crítica Marxista* e sugestivamente intitulado *Contra a canonização da democracia*, enquanto o texto de Nogueira é explicitamente uma homenagem a Coutinho, então recentemente falecido. Os argumentos opostos se vinculam a trajetórias e posições institucionais distintas, que não cabe analisar neste espaço. Mas vale o registro de que a presente análise almeja, além da compreensão de certos fenômenos do espaço intelectual brasileiro das décadas de 1970 e 1980, trazer contribuições para que nós, cientistas sociais, possamos efetuar uma análise reflexiva, que também se volte para o nosso próprio trabalho, possibilitando conhecer os constrangimentos que agem sobre nossa atuação. Como nos diz Bourdieu, “o conhecimento do espaço social em que se realiza a prática científica (...) leva (...) a reforçar, pela tomada de consciência e pela vigilância que ela favorece, a capacidade de conhecer cientificamente a realidade” (BOURDIEU, 2017, p. 55).

Referências:

- ARAÚJO, A. P. M. **Francisco Weffort e o papel da *intelligentia* nacional: considerações sobre uma trajetória**. Dissertação de mestrado, Unesp, 2012.
- ARRUDA, M. A. N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’. In.: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2**. São Paulo: Sumaré, 1995.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. FGV, 2006.
- BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das ideias. **Enfoques – Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v.1, n. 01, 2002.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. (org.). **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2017.
- BOURDIEU, P. Por uma ciência das obras. In.: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BRAZ, M. “A democracia como valor universal”: em clássico da esquerda no Brasil. In.: **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. BRAZ, M. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In. COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

- COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In.: **Encontros com a Civilização Brasileira**, V. 9, 1979.
- COUTINHO, C. N. Entrevista. In.: NOBRE, M. REGO, J. M. (Org.) **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- COUTINHO, C. N. Exposição. In.: GARCIA, M. A. (Org.) **As Esquerdas e a Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.
- COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.
- COUTO, C. P de P. 'Encontros com a civilização brasileira' (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. **Dimensões**, vol. 29, 2012.
- FARIA, L. C. **Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.
- FELIPE, K. A crítica do marxismo em José Guilherme Merquior. In.: **Anais do X Encontro a ABCP**, Minas Gerais, 2016.
- GALUCIO, A. L. X. **Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2009.
- GARCIA, M. A. (Org.) **As Esquerdas e a Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.
- GENRO, F. A. A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho), **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- HILDEBRANDO, L. **Crônicas subversivas de um cientista**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.
- KONDER, L. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cad. AEL**, v. 8, n. 14, 2001.
- LUCCA-SILVEIRA, M. P. **Intelectuais e a questão democrática no Brasil: um estudo a partir da Revista Presença**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política, 2012.
- MALIN, M. **Armênio Guedes: um comunista singular**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2018.
- MAZZEO, A. C. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: UNESP; Boitempo, 1999.
- MERQUIOR, J. G. **As ideias e as formas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MICELI, S. A aposta numa comunidade científica emergente. In.: MICELI, S. **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo, Sumaré/Fapesp, 1993.
- MICELI, S. **A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

- MORAES, D. de; VIANA, F. **Prestes: lutas e autocríticas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.
- MORAES, J. Q. de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, n. 12, p. 9-40. São Paulo: Boitempo, 2001.
- NAPOLITANO, M. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014
- NOGUEIRA, M. A. Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012). **Lua Nova**, São Paulo, n. 88, p. 11-21, 2013.
- PANDOLFI, D. C. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação**. São Paulo, Ática, 1990.
- PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- RAMOS, C. A. **A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.
- SANTOS, R. **O marxismo político de Armênio Guedes**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2012.
- SANTOS, R. **O pecebismo inconcluso – escritos sobre ideias políticas**. 2º Edição – Rio de Janeiro: Sociedade do livro/Ed. Universidade Rural, 1994 [1992].
- SIGAUD, L. Doxa e crença enter os antropólogos. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, nº77, 2007.
- SORJ, B. **A construção do intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- TAUIL, R. **Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort**. Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2017.
- VAIA, S. **Armênio Guedes: sereno guerreiro da liberdade**. São Paulo. Editora Barcarolla, 2013.
- VIANNA, L. J. W. **Luiz Jorge Werneck Vianna (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013.
- VIEIRA, L. R. **Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996.